

Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA 0001375-17.2010.2.00.0000

Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

ACÓRDÃO

EMENTA: CONSULTA. CARGO DIRETIVO. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. VACÂNCIA. TRANSIÇÃO (PARAGR. ÚNICO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO N.º 95, DE 2009, DO CNJ). SUCESSÃO. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA LOCAL. REGIMENTO INTERNO. ELEIÇÃO. RESPOSTA POSITIVA.

1. Verificada, antes do prazo previsto para o encerramento do mandato, a ocorrência, em virtude da aposentadoria compulsória, da vacância de cargo diretivo de Tribunal, deve ser observada a regra de transição estampada no parágrafo único do art. 2º. da Resolução n.º 95, 2009, do Conselho Nacional de Justiça, com, à míngua de disposição expressa na Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN, a consequente realização de eleição para a escolha do sucessor, e não a mera substituição pelo vice-presidente, quando assim dispuser a legislação local aplicável à matéria.

2. Consulta respondida positivamente.

1. Relatório.

Trata-se de Consulta formulada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos seguintes termos:

Em face da regulamentação da transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário, contida na Resolução n.º 95, de 29 de outubro de 2009, desse egrégio Conselho, faço a seguinte consulta: A eleição de novo dirigente deste Tribunal, em razão de aposentadoria compulsória de dirigente que ocupa o cargo de direção, deve ser realizada 60 dias antes da data da aposentação?

Os desembargadores Celso Rotoli de Macedo e Paulo Habith peticionaram para requerer o aditamento da consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a atribuição de caráter normativo geral à resposta, com a finalidade de incluir a determinação de realização imediata de eleições para os cargos de Corregedor-Geral (antes de 30 de março), Presidente e Vice-Presidentes (antes de 21 de maio).

Em suas razões os desembargadores alegam que a presente Consulta, nos termos em que proposta, não atende as exigências do § 1º do artigo 89 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida ponderam pela sua legitimidade para intervir no feito, na medida em que são candidatos à Presidência e Corregedoria-Geral da Corte.



Afirmam que a situação particular do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tem especial relevância para o perfeito enfrentamento da questão proposta, na medida em que toda a cúpula diretiva do poder Judiciário local, à exceção do Corregedor – cargo análogo ao de Corregedor Adjunto – aposenta-se compulsoriamente antes do término do ano de 2010, ocasião em que se dá o fim do biênio para o qual foram eleitos.

Informam que o Presidente da Corte completa 70 (setenta) anos em 14 de julho deste ano, o mesmo ocorrendo com o 1º Vice Presidente em 23 de agosto, o 2º Vice Presidente em 19 de julho e o Corregedor-Geral em 20 de maio deste ano.

Após, os desembargadores lecionam acerca da diferença entre a sucessão e a substituição de ocupantes de mandatos eletivos, concluindo que, se está, na espécie, diante de hipóteses de sucessão.

Invocam o disposto no artigo 9º do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná para argumentar que não há falar no instituto da substituição na medida em que, quando da aposentadoria do Presidente, restarão mais de 6 (seis) meses para o término do mandato, hipótese em que se impõe a realização de eleições.

Os magistrados argumentam que, ainda que se entenda de forma diversa, a situação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não estará de todo resolvida, pois, o 1º Vice Presidente, que substituiria o Presidente aposentado em julho, também aposenta-se no mês seguinte, ocasião na qual o atual 2º Vice Presidente já estará aposentado, conforme afirmado em passagem anterior.

Diante desse quadro, os desembargadores aduzem a necessidade de adoção de medida acauteladora a evitar que as substituições comecem a ocorrer sem a realização de eleições.

Acostaram aos autos documentação relativa à composição dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário no Estado do Paraná e as normas locais aplicáveis à espécie.

2. Consulta. Cargo diretivo. Aposentadoria Compulsória. Vacância do Cargo. Transição (parágr. Único do art. 2º da Resolução n.º 95, de 2009, do CNJ). Sucessão. Código de Organização Judiciária Local. Eleição.

Na forma como proposta, a consulta não põe em questão a necessidade da realização, ou não, de eleições para substituição dos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que se aposentam antes do término do biênio para o qual eleitos, mas apenas se é necessário observar a gestão de transição, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, previsto no parágrafo único do artigo 2º da Resolução n.º 95, do Conselho Nacional de Justiça.

Por conseguinte, a consulta deve ser analisada em sua maior extensão, qual seja, com resposta não apenas a respeito da aplicação do *processo de transição* preceituado no ato normativo em destaque, como, igualmente, sobre a sucessão ou mera substituição para complementar o mandato.

Quanto ao primeiro aspecto, note-se que a leitura do dispositivo citado pode levantar dúvidas quanto à necessidade de observância do interregno nos casos em que a vacância do cargo diretivo ocorre antes mesmo do término do mandato eletivo propriamente dito. Vejamos:



Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição dos dirigentes do tribunal e se encerra com as respectivas posses.
Parágrafo único. A eleição ocorrerá, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato de seus antecessores. (Grifo nosso)

A indagação não resiste, contudo, a investigação a respeito das razões de fundo que alicerçam o texto normativo em comento e permeiam toda a Resolução n.º 95, deste Conselho.

A Resolução n.º 95, do Conselho Nacional de Justiça traduz-se em medida de concretização, no âmbito do Poder Judiciário, do princípio da eficiência da Administração Pública, alçado de forma expressa ao *corpus* constitucional brasileiro pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998.

Trata-se de resposta à praxe arraigada na administração pública brasileira de que a alteração da cúpula diretiva de um órgão deve vir acompanhada do descompromisso com os planejamentos em execução e programas em curso, com evidente prejuízo ao interesse público.

Na esteira desse raciocínio, a criação de equipes de transição e o próprio prazo previsto no parágrafo único do artigo 2º da Resolução em foco têm por objetivo evitar a solução de continuidade das atividades administrativas dos Tribunais e a estagnação da estrutura burocrática diretiva dos órgãos, o que sempre demanda dos novos administradores esforço redobrado somente para compreender a realidade e recolocar o aparato administrativo em pleno funcionamento, circunstância que compromete os primeiros meses de seus mandatos.

Assim, se não é salutar que os dirigentes eleitos para 2 (dois) anos à frente do Tribunal tenham que passar por este período de adaptação e improdutividade, o mesmo se diga em relação a quem vai sucedê-los, em razão da vacância dos cargos da alta administração antes do término do mandato eletivo.

A necessidade de transição nos termos da Resolução n.º 95 é ainda mais patente quando a ocorrência da vacância é mais do que previsível, é prevista. No caso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Presidente, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça sabiam, desde quando foram eleitos, que não poderiam completar seus mandatos, não havendo justificativa para deixar de ser levado a efeito o *processo de transição* para os cargos que ficarão vagos mais de 6 (seis) meses antes do término do biênio.

A despeito da indagação quanto à aplicação, ou não, da Resolução no. 95, do CNJ, na hipótese em que, devido a verificação de aposentadoria compulsória, o mandato se encerra antes do prazo, resta saber se, nesse caso, deve ser realizada, desde logo, a eleição para a escolha do sucessor ou, apenas, a substituição pelo vice-presidente, para complementar o mandato.

Quanto à necessidade da realização de eleição para a escolha dos sucessores e não apenas a mera substituição, cabe registrar que, em consonância com o art. 9º., caput, da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, ocorrendo a vacância do cargo de presidente, a substituição pelo 1º. Vice-presidente, para fins de complementação do mandato, somente se dará caso o período restante for inferior a 06 (seis) meses [1].

A contrário senso, na hipótese em que, ocorrida a vacância do cargo diretivo, o período restante for igual ou superior a 06 (seis) meses, a hipótese é de sucessão por meio de eleição, e não a mera substituição. Essa regra, por expressa previsão do § 1º do



mesmo artigo 9º da Lei Estadual referida acima, aplica-se a todos os cargos diretivos do Tribunal de Justiça do Paraná, e não apenas ao de presidente.

Ainda quanto a este ponto, é bom que se esclareça a desnecessidade de eleição e consequente observância da regra de transição prevista na Resolução n.º 95, neste momento, para os cargos de 1º Vice Presidente e Corregedor do Tribunal de Justiça do Paraná.

Isto porque o desembargador Ruy Fernando de Oliveira, 1º Vice Presidente, só se aposenta em 23 de agosto deste ano, ou seja, menos de 6 (seis) meses antes do fim de seu mandato, devendo ser substituído, quando de sua aposentadoria, pelo 2º Vice Presidente a ser eleito na eleição próxima, e o Corregedor, desembargador Rogério Coelho, só se aposenta compulsoriamente em 2016.

3. Conclusão

Em razão do exposto, **respondo positivamente à presente Consulta**, para esclarecer que, em se tratando de encerramento do mandato antes do biênio, devido a aposentadoria compulsória, deve ser observado o *processo de transição* previsto na Resolução n.º 95, de 2009, do CNJ, correspondente ao período de sessenta dias anterior à data da vacância do cargo diretivo e que, quanto ao preenchimento do cargo, se por substituição ou realização de nova eleição, diante da omissão da LOMAN, deve ser observada a lei local ou o regimento interno.

Eis o voto.

[1] Art. 9º. Vagando a Presidência, o 1º Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a seis (6) meses.

§ 1º. Caracterizada a hipótese supra, tratando-se da 1ª Vice-Presidência ou da Corregedoria-Geral da Justiça, o cargo será exercido, respectivamente, pelo 2º Vice-Presidente e pelo Corregedor, para período restante, quando inferior a seis (6) meses (redação dada pela Lei nº 16.181 de 17/07/2009 – DOE nº 8015 de 17/07/2009).



WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 19 de Março de 2010 às 16:33:39

O Original deste Documento pode ser Acessado em: <https://www.cnj.jus.br/ecnj>

